

A GEOGRAFIA POLÍTICA DA VIGILÂNCIA NAS REDES SOCIAIS

THE POLITICAL GEOGRAPHY OF SURVEILLANCE IN SOCIAL NETWORKS

LA GEOGRAFÍA POLÍTICA DE LA VIGILANCIA EN LAS REDES SOCIALES

RESUMO

A acumulação capitalista requer revolução tecnológica, regulação jurídica da força de trabalho, hábitos territorializados, mercantilização da natureza e da vida, fluidez sociotécnica dos territórios e lugares na divisão socioespacial do trabalho e controle do indivíduo e sociedade. Nesse artigo, o objetivo é observar a geografia política da acumulação neoliberal por espoliação das corporações *Big Tech* por meio da vigilância da experiência de vida para fins de grilagem de dados pessoais e coletivos. A metodologia se apoia no resgate de bibliografia acerca da revolução tecnoinformacional em tempos de neoliberalismo e das redes sociais. A conclusão a que se chega observa o uso das redes sociais como instrumento sociotécnico-informacional de controle de indivíduos através da fé no progresso e na servidão voluntária aos esquemas de acumulação de capital das *Big Tech* por meio da espoliação da experiência da vida no ciberespaço.

Palavras-chave: Ciberespaço. Redes sociais. Vigilância. Geografia política.

ABSTRACT

The capitalist accumulation requires technological revolution, legal regulation of the workforce, territorialized habits, commodification of nature and life, sociotechnical fluidity of territories and places in the socio-spatial division of labor and control of the individual and society. In this article, the objective is to observe the political geography of neoliberal accumulation by spoliation of corporations Big Tech through the surveillance of life experience for the purpose of grabbing personal and collective data. The methodology is based on the rescue of bibliography about the techno-informational revolution in times of neoliberalism and social networks. The conclusion reached is the use of social networks as a socio-technical-informational instrument to control individuals through faith in progress and in voluntary servitude for the Big Tech capital accumulation schemes through the spoliation of life experience in cyberspace.

Keywords: Social networks. Surveillance. Political geography.

RESUMEN

La acumulación capitalista requiere revolución tecnológica, regulación jurídica de la fuerza de trabajo, hábitos territorializados, mercantilización de la naturaleza y la vida, fluidez sociotécnica de territorios y lugares en la división socioespacial del trabajo y control del individuo y la sociedad. En este artículo, el objetivo es observar la geografía política de la acumulación neoliberal mediante la expoliación de las corporaciones Big Tech a través de la vigilancia de la experiencia de vida con el fin de obtener datos personales y colectivos. La metodología se basa en el rescate de bibliografía sobre la revolución tecnoinformativa en tiempos del neoliberalismo y las redes sociales. La conclusión a la que se llega observa el uso de las redes sociales como instrumento socio-técnico-informativo de control de individuos a través de la fe en el progreso y en la servidumbre voluntaria a los esquemas de acumulación de capital de las Big Tech a través de la expoliación de la experiencia de vida en el ciberespacio.

Palabras-clave: Ciberespacio. Redes sociales. Vigilancia. Geografía política.

 Miguel Angelo Campos Ribeiro^a
 Carlos Alberto Franco da Silva^b

^a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^b Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil

DOI: 10.12957/geouerj.2023.70900

Correspondência: mamikisi@gmail.com

Recebido em: 24 out. 2022

Revisado em: 06 mar. 2023

Aceito em: 28 jun. 2023



INTRODUÇÃO

A modernidade urbano-industrial-financeira tem se consolidado como uma doença niilista, desde o século XIX. A modernidade tem sido acompanhada pela crença no progresso científico e no antropocentrismo, pela intensa mecanização e mercantilização da vida por meio da urbanização sociotécnica da sociedade industrial, pelo esvaziamento demográfico das áreas rurais por meio da Revolução Verde, pela destruição dos biomas e genocídio de populações tradicionais, pelos conflitos por terra-território, pelo racismo, pela manutenção do trabalho análogo à escravidão, pela desigualdade da renda entre pobres e ricos, pela falácia da representatividade política da democracia oligárquica, pelos conflitos por direito à cidade para os mais pobres e pela dissolução do indivíduo tanto no projeto civilizatório capitalista quanto socialista por meio de ditaduras que acompanharam a história de diversos países.

Hoje em dia, sobretudo a partir de 1990, além de todos esses problemas supracitados, a modernidade tecnoinformacional neoliberal assegura mais uma camada problemática da acumulação capitalista: a transformação da natureza humana como ativo financeiro, cujos reflexos já se tornam visíveis na derrubada da privacidade dos indivíduos (ZUBOFF, 2022). A pressão social para que todos participem e se sintam maravilhados com os encantos da tecnologia informacional é a senha para a constituição de uma visão coletiva totalizadora do rebanho de alienados digitais que substitui a política e a democracia representativa como suportes à sociabilidade humana.

A etapa neoliberal assume a natureza de uma acumulação por espoliação [ou despossessão], nos termos do geógrafo socialista David Harvey (2004). A natureza das crises da acumulação capitalista requer novas práticas de acumulação primitiva, ou seja, de um ajuste socioespacial estratégico em novos marcos histórico-geográficos do imperialismo capitalista com apoio do Estado, do capital financeiro e do aparato tecnoinformacional. Nos termos do neoliberalismo, a despossessão se resume à redução de emprego formal pela Revolução 4.0, ao recuo dos direitos trabalhistas, à redução da segurança alimentar em favor do agronegócio e da revolução da Biologia, à intensidade da mercantilização da vida (habitação, saúde, segurança, educação e saneamento básico) e à apropriação da biodiversidade dos biomas como ativo financeiro sob a falácia do desenvolvimento ambiental sustentável.

A despossessão também se refere à constituição e controle de novos territórios tais como a experiência individual. Nesse caso, o corpo-rede do indivíduo é esvaziado de empoderamento e autonomia e transformado em dado, ou seja, matéria-prima digital para as *Big Tech* (Google, Facebook [hoje Meta] Twitter, TikTok, Baidu, Amazon, Verizon, Apple, Alibaba, Bing, Weibo etc.).

As *Big Tech* são empresas do setor de tecnologia e inovação que influenciam a organização do trabalho em fábricas e escritórios, assim como definem a rede de comunicação social, a mídia corporativa, o



entretenimento, a vigilância política de governos e indivíduos e o consumo de bens industriais ou serviços em geral. O uso da internet é o ponto de partida para a produção e acúmulo de dados do usuário e da sociedade.

O Google, uma das mais importantes empresas de inovação, deve seu sucesso à criação do seu algoritmo de busca, à constituição de leilões para inserção de anúncios na sua página e aos serviços de avaliação e monitoramento da experiência cotidiana dos usuários. Para tanto, a velocidade dos fluxos de conexão é fundamental para a experiência do usuário não gerar ansiedade e abandono da rede social. A onipresença e onisciência do nosso cotidiano na rede Google depende da velocidade de conexão de modo a garantir informações, entretenimento, comodidades e eficiência funcionais à natureza curiosa do usuário diante da inovação tecnológica disponível. De certo modo, o Google determinou um novo arranjo sociopolítico da acumulação de capital que influenciou diversas empresas do setor de tecnologia e inovação em todo o mundo. O controle global da informação e das cadeias produtivas articuladas em redes sociais é denominada por Siva Vaidhyanathan (2011) de “*googlelização de tudo*”.

Assim sendo, as *Big Tech* representam uma das janelas de oportunidades abertas pelo neoliberalismo na forma de acumulação primitiva de capital. Está-se diante do capitalismo de vigilância, que se reproduz por meio do controle da experiência humana como matéria-prima gratuita traduzida em dados comportamentais comercializados com os clientes das *Big Tech*, conforme assinala Shoshana Zuboff (2022).

Em maio de 1990, Gilles Deleuze, em *Post-scriptum sobre a sociedade de controle*, retomava a *sociedade disciplinar* de Michel Foucault para o que ele denominou de *sociedade do controle*. Na sociedade tecnoinformacional, o controle dos indivíduos ocorre por meio do acesso à informação e da arquitetura da rede de computador e smartphone. A partir de um sistema de objetos e de ações, na sociedade informacional, “os indivíduos tornaram-se individuais, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou bancos” (2010, p.226). Para Deleuze, não é apenas uma evolução tecnológica, e sim uma mutação do capitalismo em direção à demanda de novas estratégias de acumulação primitiva, conforme assinala David Harvey. Além disso, o advento das novas tecnologias informacionais instrumentaliza formas singulares de controle político-ideológico de indivíduos e sociedade a partir dos interesses de quem decide sobre o que fazer com a tecnologia como recurso estratégico de poder, “sobretudo quando se manipula a informação em tempo real entre pessoas, regiões e países, lembrava Daniel Bell (1977, p.540).

Assim, neste artigo a tese a ser defendida é, a saber: a arquitetura da rede global de computadores e difusão de smartphones, sob o signo das *Big Tech*, contribui para a vigilância da experiência cotidiana dos indivíduos e sociedades como matéria-prima inerente à etapa de acumulação neoliberal tecnoinformacional. O objetivo do estudo é chamar a atenção para estratégias/técnicas de biopoder e vigilância das corporações sobre indivíduos e sociedade como parte dos ajustes na acumulação capitalista em curso.



Nesse caso, o dispositivo espacial panóptico das redes sociais permite as *Big Tech* verem sem serem vistas; o essencial é que o indivíduo se saiba vigiado sem muito se incomodar. Naturalizar a ordem e a obediência/docilidade dos indivíduos é importante no processo de extração de dados dos usuários voltado para a difusão espacial de um poder ideológico em prol de “*um indivíduo cuidadosamente fabricado*” no interior das engrenagens das redes sociais de controle onisciente da experiência humana. A ideia básica é “*aumentar a utilidade possível dos indivíduos*”, conforme Michel Foucault (1987, p.173), na obra *Vigiar e Punir*.

A fim de aprofundar a análise dessa problemática, o artigo se volta para a natureza política do capitalismo de vigilância e dos arranjos socioespaciais decorrentes da sociedade neoliberal sob o signo das redes sociais da internet. Em termos de estrutura, o estudo propõe alguns recursos analíticos de definição do capitalismo de vigilância das *Big Tech*; e, em seguida, traz uma contribuição à geografia política das *Big Tech*. Para tanto, o texto recorre aos estudos clássicos dos impactos da revolução tecnológica na sociedade capitalista a partir de 1970, tais como Alvin Toffler, Daniel Bell, Zygmunt Bauman, Manuel Castells, Shoshana Zuboff, Siva Vaidhyanathan, Guy Standing, Yuval Noah Harari, dentre outros. Por fim, na área da Geografia, Milton Santos e Guilherme Carvalho da Silva ajudam no debate sobre o ciberespaço de modo a projetar as bases do controle político dos espaços do indivíduo e da sociedade a partir da globalização das redes sociais e da sensação de instantaneidade espaço-tempo que se nos apresenta.

A natureza política do capitalismo de vigilância

A ideia de que a modernidade é um processo de revolução do novo e um conflito com temporalidades distintas aparece no livro do sociólogo Zygmunt Bauman *Modernidade líquida* (2001). A defesa de uma “*modernidade inerentemente transgressiva, rompedora de fronteiras e capaz de tudo desmoronar*”, conforme Bauman (idem, p. 13), é exatamente o que se verifica na análise de Alvin Toffler com as obras *O Choque do Futuro* (1972) e *A Terceira Onda* (1980). As colisões entre as diferentes velocidades de ondas temporais civilizatórias chamavam a atenção para a *cronopolítica* e o diálogo entre espaço e tempo e os mecanismos de controle do indivíduo para além do panóptico de Michel Foucault, e sim para o que Bauman chama de pós-panóptico, já que o poder não mais se limita a mobilizar, normatizar e subordinar espaço: o poder se tornou extraterritorial diante da quase instantaneidade espaço-tempo das redes sociais *online*.

Assim, depois da *primeira onda* civilizatória da Revolução Agrícola, a temporalidade da *segunda onda* assumia a Revolução Industrial e urbana transgressiva como recurso de transformação da ordem societária preexistente. De acordo com Alvin Toffler, a partir de 1970, a *terceira onda* civilizatória das incertezas e contradições socioespaciais entre a ficção e a crença no progresso, verificadas por John Kenneth Galbraith (1982), estava a caminho e foi impulsionada pelo choque da matriz energética global (o petróleo), pela revolução tecnológica e desregulação keynesiana e recuo do socialismo. Além disso, a fábrica fordista perdia



espaço para a acumulação industrial flexível e deixava de ser símbolo atualizado do progresso. “*O presente estava explodindo em paradoxo*”, afirmou Toffler (1980, p. 136). A estabilidade do emprego desaparecia em favor da terceirização e precarização das relações de trabalho e da mecanização/robótica. Os partidos políticos e sindicatos perdiam legitimidade e fidelidade da classe operária. A globalização comercial promovia fissuras geopolíticas no Estado-nação e o forçava a se transformar em Estado-rede. A revolução das telecomunicações via internet comprimia espaço-tempo numa instantaneidade nunca vista antes, e alterava as bases do panóptico foucaultiano. As ideologias autoritárias eram solapadas pelo desejo de liberdade individual. A velocidade, efemeridade e o fugaz tornavam “*o futuro fluído, não congelado*”, apontava Toffler (idem, p. 137).

Zygmunt Bauman (2001, p. 9) fez a pergunta capital: “*A modernidade não foi um processo de liquefação desde o começo?*”, sobretudo pelo repúdio à tradição e ao passado. Assim, na modernidade líquida, “*os fluidos [a revolução do novo], por assim dizer, não fixam o espaço nem prendem o tempo*” (2001, p. 8) devido ao fato de a modernidade resultar na abolição de fronteiras espaciais e na dissolução de temporalidades constituídas. É o choque entre o espaço preexistente e a nova temporalidade que faz a diferença vir à tona. A revolução tecnocientífica-informacional, verificada por Toffler, alterou a relação entre tempo e espaço numa velocidade nunca antes vista. Por conseguinte, a velocidade das transformações em curso fez o tempo ser uma arma de conquista do espaço, ou seja, “*o domínio do tempo se tornava o segredo do poder de imobilizar e subornar espaços*”, afirmava Bauman (2001, p. 17).

De acordo com Alvin Toffler, é possível analisar os processos de mudanças civilizatórias do ponto de vista dos grupos sociais atingidos que respiram e sofrem cotidianamente a maneira como a rápida alteração qualitativa da sua espaço-temporalidade os impacta. O *choque do futuro* é, exatamente, “*a esmagadora tensão e desorientação que induzíamos nos indivíduos aos sujeitá-los a uma carga de mudança excessiva dentro de um tempo demasiadamente curto*”, assinala Toffler (1972, p. 2). Em efeito, o *choque do futuro* de Toffler aponta para uma teoria da adaptação-reativa à irrupção abrupta/prematura de um sombrio futuro tecnológico, sobretudo naquilo que ele desempenha em nosso presente. Para tanto, é mister encarar novos sentidos dado ao tempo-temporalidade do capital neoliberal, pois o choque é cultural e ideológico e denota, portanto, incertezas e colisão entre racionalidades-epistemes e valores ético-morais distintos.

O dado novo é a abrupta transitoriedade que faz revelar uma sensação de perda de raízes firmes e de falta de rumo exato a seguir, pois vários caminhos se apresentam e mudam rapidamente de direção. Para piorar a sensação de incertezas, a ideologia neoliberal do *faça-você-mesmo* é estimulada pela difusão da informação por meio das redes telemáticas até o ponto em que “*os meios de comunicação se tornam extensão do homem [...] criando um mundo audiotátil, tribalizado-individualizado produtor de acontecimentos, mas não agentes produtores de consciência crítica coletiva*”, assegurava Marshall McLuhan (1964, p. 67), já na década de 1960. O professor de Teoria da Informação alertava que na sociedade tecnocientífica “*nossa vida particular*



e associativa se transformava em processo de informação” funcional aos interesses da acumulação capitalista (idem, p. 71).

A difusão dos meios de comunicação tradicionais (televisão, rádio, jornais e revistas) e a sua inserção na revolução da internet/computador e da *infoesfera* e *psicosfera* das *Big Tech* põem em xeque a “consciência das massas” e despedaçam qualquer possibilidade de isolamento individual ou de grupos identitários determinados. A etapa da *infoesfera* computacional implica uma cultura fragmentada e individualizada em que o senso de coletivo se resume ao grupo social com o qual nos identificamos. De acordo com Toffler (p.1980, p.183), a sociedade da informação em curso força cada um de nós a se reinventar e reavaliar a tomada de posição político-cultural na sociedade e no mercado, sobretudo a partir da arrancada à diversidade inimaginável das opiniões pessoais ou de grupos determinados. Nesse cenário, toda a extração da experiência humana é redefinida para fins de acumulação primitiva de capital e de consolidação e controle da informação e conhecimento como recurso à reprodução do capital.

Até hoje, a terra, os recursos naturais e as fábricas ainda são ativos financeiros importantes e raízes de diversos conflitos. Mas o ajuste espacial neoliberal tornou os dados de nossa experiência de vida uma matéria-prima fundamental para as relações socioprodutivas digitais. Para tanto, é importante fundir humanos e redes sociais da internet num único arranjo espacial. De acordo com Yuval Noah Harari (2018, p.110), a diferença da propriedade de dados para a propriedade de terras e recursos naturais e fábricas é que, não obstante a geolocalização do usuário, “*na rede social da internet seus dados estão em toda parte e em parte alguma, e podem se movimentar à velocidade da luz e serem indefinidamente copiados e negociados*”.

A extração antecipada de dados comportamentais por meio de monitoramento constitui a base de mercados futuros que acaba por moldar a experiência humana individual e coletiva. A conexão em rede digital é o dado instrumental para a captura de dados dos usuários das redes sociais e da *internet das coisas*. O não pagamento pelo acesso à parafernália informacional e “inteligente” financia a nossa vigilância pelas *Big Tech*.

Ao usar as redes sociais disponibilizadas num smartphone ou notebook e tablet, uma smartTV e cartão de crédito, bem como a busca por informação no Google, o processo de extração e análise de dados dos usuários e a customização da experiência individual transformam seu cotidiano em dado [matéria-prima] para a projeção de mercados futuros tais como a combinação de anúncios por via de *pop-up* nos smartphones dos usuários. A grilagem de informação de dados do usuário tem se tornado a maior fonte de acumulação do capitalismo de vigilância.

Após a predição customizada de produtos a serem direcionados aos usuários, a rede de controle se estende para serviços de seguro, turismo, lojas de varejo, jogos, planos de saúde etc. Nessa rede de controle sociopolítico, o usuário não é o consumidor das *Big Tech*, e sim a matéria-prima para ser transformada em



mercado futuro comportamental (ZUBOFF, 2022). Os verdadeiros clientes das *Big Tech* são as empresas que negociam acesso a esse mercado futuro. Para tanto, a vigilância da experiência individual se torna em projetos lucrativos. Saber onde você está, o que você come, qual sua música preferida, o que você escreve nas redes sociais, qual a sua doença, qual é o seu rosto, que fotos você posta na redes sociais, o que você lê no e-book, o que envia por e-mail, qual a sua religião, qual a sua profissionalização e nível educacional, qual é sua identidade sexual e ideológica e quem são seus “amigos e seguidores” e quais são suas operações bancárias são algumas das informações monitoradas para fins de customização de dados sobre você.

Nenhum obstáculo à grilagem de dados é bem-vindo; nenhuma restrição moral, jurídica e social pode impedir a reprodução do capitalismo de vigilância. Querer ser esquecido pelas corporações de vigilância e lutar por direitos individuais e privacidade são reivindicações ignoradas pelo Google, Baidu, TikTok e Facebook, por exemplo. O direito individual de controle da privacidade é requerido apenas para o capital de vigilância; os usuários são ignorados no seu direito de dizer não à grilagem de sua experiência de vida para a economia de vigilância, a despeito da chamada para instrumentos jurídicos de regulação e privacidade dos dados do usuário. A invasão das vidas privadas sem permissão dos indivíduos é a senha das *Big Tech*.

A dimensão geográfica da vigilância das *Big Tech*

Os recursos fundamentais do capitalismo de vigilância são, a saber: a recusa da democracia e da regulação estatal por parte das corporações *Big Tech*. O ciberespaço de vigilância não pode ser limitado por leis políticas que ameçam a livre extração de dados dos usuários para fins de previsão da experiência comportamental do indivíduo (ZUBOFF, 2022). O fundamentalismo da liberdade de grilagem das experiências de vida dos indivíduos é o sintoma nefasto da ideologia ciberlibertária das *Big Tech* em detrimento do direito à privacidade. A dissolução do indivíduo se revela nos arranjos sugeridos pelos algoritmos de monitoramento dos espaços vividos. Um dos símbolos da modernidade urbano-industrial, a individualização, está sob vigilância.

A *googlelização* da sociedade neoliberal envolve três escalas geográficas de interesses, a saber: 1) nós, o corpo-rede geolocalizado do indivíduo e a captura de dados sobre seu cotidiano; 2) a organização informacional dos Estados-nações para fins de controle de ameaças terroristas, a guerra híbrida e cibernética e a desregulação da economia de vigilância; 3) e, por fim, a escala global por meio de um imperialismo corporativo da fluidez online de informações e controle político de sociedades e indivíduos. Os avanços tecnoinformacionais estão a serviço da dominação política-ideológica das *Big Tech*, ou seja, da formação-discursiva de uma visão civilizatória de mundo orientada pelas lentes das corporações de vigilância, assinala Siva Vaidyanathan (2011).



A *googlização* altera a percepção de local e de global, a sociabilidade cotidiana e a militância política. O potencial de conexão e de soluções rápidas desvia o olhar para o fato de que nossos planos de ação estão inseridos como dados a serem processados por algoritmos para fins de vigilância política e de criar perfil de consumidores. O sucesso das redes sociais está na ideologia do tecnofundamentalismo, ou seja, na fé cega que a sociedade deposita acerca das maravilhas de possibilidades que a internet oferece a cada um de nós, alerta Siva (2011, p.64).

A partir da internet e da *googlização das redes sociais*, constituiu-se um recorte do espaço geográfico chamado de ciberespaço. Numa leitura geográfica, o ciberespaço seria um *lugar concreto* das redes de bits [menor unidade de dados informacionais na computação] acionadas por meio de fluxos elétricos e de luz transferidos pelas redes tecnoinformacionais de computadores e smartphones. Há ausência de direção exata dos fluxos de partículas e bits [apesar da existência de redes locais de *Internet Protocol* (IP), tipo wi-fi]. O IP identifica o computador ou celular na rede global da internet e permite a comunicação entre dois usuários. A falácia da não-espacialidade do ciberespaço desaparece quando se pensa que a criação de *sites*, a navegação, a dissolução da distância geográfica entre os usuários e as experiências nele depositadas resultam de sujeitos reais e de suas condições materiais de vida em termos de renda, acesso ao aparato tecnológico e nível educacional.

Nas redes sociais, o indivíduo pode criar um simulacro de realidade própria por meio do aparato digital das redes sociais do mundo real. Mas essa experiência do usuário é apenas extensão do espaço geográfico, e reproduz as desigualdades sociais e individuais verificadas na diversidade de acesso às redes sociais.

A natureza do tempo das redes sociais da internet sugere um tempo quase instantâneo dos fluxos informacionais e o tempo real temporal e diverso culturalmente. O ciberespaço é, portanto, uma parte singular do espaço geográfico como forma de interação humana com as redes sociais da internet. A dissolução do espaço não existe; isso é uma veleidade acerca do ciberespaço, apesar da dissolução das distâncias geográficas para fins comunicacionais. De fato, o ciberespaço é um recorte particular do espaço geográfico sob a égide do meio técnico-científico-informacional inerente ao neoliberalismo em curso, conforme conclusão de Guilherme Carvalho da Silva (2013).

A geografia do ciberespaço requer algumas premissas, a saber: 1) a sociedade em rede tecnoinformacional da internet; 2) a existência de rede de fluxos informacionais entre os usuários; 3) a rede social da internet potencializando o aqui e agora, o imediato intensificado e o sentimento de liberdade individual; 4) as experiências vividas na navegação na internet podem constituir territórios-rede singulares e interesses diversos de corporações, Estados e grupos sociais; 5) o neoliberalismo e a fé no progresso tecnológico asseguram a expansão do ciberespaço; 6) o ciberespaço é resultado do desenvolvimento das



forças capitalistas por meio da economia informacional; 7) o ciberespaço possui também uma natureza de atualização do presente, conforme Jacques Levy (1996); 8) a internet redefine novas geopolíticas das corporações, Estados e as antigeopolíticas de grupos sociais diversos; 9) as redes sociais anunciam formas singulares de controle aberto e contínuo dos comportamentos dos usuários por meios digitais interativos, o que permite o rastreamento de informações estratégicas; 10) enfim, as redes sociais das *Big Tech* e dos Estados monitoram e vigiam não só indivíduos, mas outros Estados e corporações. Além da vigilância, a rede social é o novo espaço de lutas de classes para além dos protestos de rua e nas empresas.

Em suma, o ciberespaço é uma rede rizomática de relações sociais abertas, fechadas, fugidias, efêmeras, revolucionárias, contrarrevolucionárias, libertárias e prisionais que apresentam grafias diferenciadas de acordo com as condições materiais de vida das sociedades e indivíduos diante do pacote tecnológico informacional e dos interesses das *Big Tech*, das corporações industriais, agroindustriais e do *e-commerce*, dos Estados e de indivíduos, grupos sociais, igrejas e partidos políticos diversos. O que é comum a todos os usuários da rede é a existência de mecanismo de controle e vigilância de dados e das experiências vividas dos usuários. De certo modo, todos os usuários deixam sua assinatura digital na rede; e essa assinatura é recuperada para os esquemas de vigilância e captura de dados.

Em termos de vigilância das *Big Tech*, a geografia política do ciberespaço é constituída por redes rizomáticas; quando uma rota de suprimento de dados do usuário é bloqueada, outra deve ser aberta para manter a fluidez da grilagem da experiência humana. As escalas de lugar, região, nacional são deslocadas em direção ao corpo-rede geolocalizado do indivíduo, que é o ponto de partida para a rede global de vigilância comportamental. No âmbito da guerra cibernética, Estados-rede e corporações-rede também são alvo de monitoramento, controle e roubo de informações privilegiadas.

A despossessão da experiência de vida de um corpo-rede geolocalizado ocorre, de início, por meio de uma incursão no seu celular, laptop, sua página no Instagram e Facebook, um e-mail enviado, seu passeio diário, a escolha de um restaurante ou de um livro, o compartilhamento de fotos e de emoções, uma busca no Google e assim por diante. A captura de voz, vídeo, mensagens, reconhecimento facial e a localização do indivíduo, por exemplo, determinam a coleta de dados para um perfil do usuário a ser negociado com os clientes das corporações de vigilância. O uso de drones e do *Street View* do Google, o *Google Map*, os assistentes digitais, o smartphone, as câmeras de segurança etc. estão a serviço da invasão do corpo-rede dos indivíduos. Mas isso ocorre de forma gradual a fim de habituar o usuário a inevitabilidade de conexão às redes sociais de vigilância. Casas, ruas, vilas e cidades e áreas rurais são reivindicados como parte do território de controle das *Big Tech*. Parece que todos nós devemos ser parte de uma *Matrix* comportamental, o mundo virtual-real georreferenciado para uma efetiva exploração de corpos-rede despossuídos de autonomia. Se você não está na *Matrix* da corporação de vigilância, você não existe, sugere Shoshana Zuboff (2022, p.183).



A *Matrix*, uma alusão ao filme dos irmãos Wachowski de 1999, é uma experiência de realidade virtual programada por algoritmos, ou seja, Inteligência Artificial-IA. As relações sociais são parte de estímulos interativos dos algoritmos com o suporte de um arranjo espacial de redes de fluxos informacionais decorrentes de uma arquitetura de rede de computadores, smartphones, satélites, redes de eletricidade, centros corporativos etc. As redes sociais das *Big Tech* funcionam como uma *Matrix* porque estão a serviço do controle da experiência humana concreta como recurso para a acumulação corporativa. A *Matrix* tem a todos nós; está em toda parte da vida moderna; é um ciberespaço gerado e alimentado por redes sociais concretas. A *Matrix* nos fascina de modo que não vejamos o que ela é: controle e extração de experiência de vida como matéria-prima para as *Big Tech*.

A *tecnosfera* (mundo dos objetos) e *psicosfera* (esfera da ação) são os pilares com os quais o meio técnico-científico-informacional da *Matrix* introduz racionalidade, irracionalidade e contrarracionalidades, no próprio conteúdo das experiências humanas nas redes sociais de controle das *Big Tech*, conforme suporte teórico de Milton Santos (2005, p.257).

As *Big Tech* ainda se apropriam de *tempos líquidos*, ou seja, de um fenômeno neoliberal tecnoinformacional caracterizado pela velocidade, destruição criativa, incertezas, insegurança, fugacidade e efemeridade do provisório. Juntos aos *tempos líquidos* de Zygmunt Bauman (2007a), observar-se a *vida líquida* sem âncora e apoiada no descarte rápido de experiências sociais e no eterno aqui e agora instantâneo. A duração é rejeitada; a velocidade é o que importa (2007b, p.15). *Tempos líquidos e vida líquida* se tornaram recursos para a acumulação de capital sob o signo da vigilância das redes sociais.

A geografia política da vida líquida na *Matrix* das redes sociais das *Big Tech* requer diversas instâncias, a saber: 1) a *topopolítica*, ou seja, a posição geolocalizada do usuário; 2) a *morfopolítica* do arranjo da *tecnosfera* e da *psicosfera* como forma de extração de dados da experiência humana; 3) a *economopolítica*, isto é, a regulação da acumulação de capital propriamente dita, 4) a *cronopolítica*; o tempo veloz como variável política de controle; 5) a *psicopolítica cultural* para fins de biopoder das *Big Tech*; 6) e a *arcopolítica*, ou seja, a política de controle do indivíduo sem violência.

O *Big Brother* de George Orwell, que tudo via e controlava por meio da violência, é redefinido por uma vigilância e esvaziamento da privacidade sem violência e com encantamento conforme a droga soma do *Admirável Mundo Novo* de Aldous Huxley. O niilismo neoliberal da vigilância não precisa fazer você sofrer; apenas acreditar na doutrina da inevitabilidade do progresso científico. De acordo com Zuboff (2022), a sugestão, persuasão, habituação e adaptação são estratégias de uma narrativa de inevitabilidade da modernidade tecnoinformacional neoliberal, que se mostra útil e necessária ao progresso da humanidade.



As *Big Tech* nem sempre se interessam por reprimir comportamentos; querem que você manifeste suas paixões, desejos, fantasia e consumo como parte da seara de extração de dados da experiência pessoal de cada um de nós. O nível de imersão da população nas redes sociais da internet torna a vontade de poder das corporações de vigilância invisível e já interlaçada à vida cotidiana; não há espanto com o controle visível da vida privada, somente algumas resistências dispersas por parte de governos, indivíduos e instituições da sociedade civil.

Sem muita resistência, assumimos em nossas vidas um cavalo de Troia das corporações de vigilância sob o véu da utopia das redes sociais da internet. A utopia de estar conectado nos faz crer que tudo é possível nas redes sociais, quando de fato estamos sob domínio de um *Big Eye* (Grande olho) que nos busca em todos os instantes do nosso cotidiano.

As portas da privacidade estão sendo demolidas com a permissão do usuário. A assimetria de poderes é expressiva entre a incursão patológica das corporações de vigilância na experiência humana e o nosso fraco poder de recusar as condições sociopolíticas em jogo. A grilagem da privacidade é automática; a participação social das redes de vigilância é apenas parte do espetáculo da acumulação capitalista.

Assim, toda a experiência de vida é convertida em dados comportamentais. Uma simples corrida no parque pode ser monitorada e transformada em dados organizados pelos chamados algoritmos inteligentes controlados pelas *Big Tech*.

A consolidação da hegemonia de dados nas mãos das *Big Tech* demanda uma instrumentalização do espaço tais como a promoção de cidades inteligentes e investimentos em tecnologia de informação, satélites e difusão do smartphone. Sem a parafernália tecnoinformacional, sem o neoliberalismo e o imperialismo americano contra a ameaça terrorista árabe, sem o recuo da democracia nos países ocidentais, sem a ditadura chinesa, sem a hiperescala da rede global de computadores e smartphones, sem os centros de dados dos servidores virtuais, sem as redes políticas entre corporações e Estado, sem os centros de pesquisa universitários, sem o Vale do Silício (EUA) e sem as empresas clientes das *Big Tech* a sociedade sob vigilância não existiria. Hoje em dia, toda a economia capitalista dialoga e incorpora as matérias-primas extraídas pelas corporações de vigilância; o próprio Estado é consumidor dessas matérias-primas e serviços oferecidos pelas *Big Tech*. De acordo com Siva Vaidhyanathan (2011, 16), os governos vêm sendo googlezados e cedem parte da imensidão de dados sobre a população e economia para que o Google se proponha a organizar e disponibilizar informação em favor da corporação.

A estratégia das *Big Tech* é compilar toda a atividade do mundo real numa *Matrix* de natureza ubíqua que incorpora os tecidos da vida, bioma, cidades, ruralidades, agronegócio, robótica industrial, bancos etc. A dataficação e a conexão virtual do conteúdo liquefado dos espaços concretos da sociedade moderna são



transformadas em veículos para predição e sugestão de comportamentos funcionais à economia de vigilância (ZUBOFF, 2022). Os dados de localização, as curtidas e os cliques acionados pelo smartphone são fontes de matérias-primas significativas de mercado futuro compartilhadas pelos aplicativos digitais guiados por Inteligência Artificial- IA.

Estamos cada mais vez aprisionados nessa *Matrix* comportamental. O corpo-rede é assumido como parte de coordenadas no tempo e no espaço em que a sensação de ação é traduzida como dados comportamentais, assinala Shoshana Zuboff (2022, p.245). Assim, espaços virtuais e concretos compartilham a mesma experiência de controle e produção de mercadorias. Aquilo que seria um território do eu encarnado no interior de um corpo-rede é reclamado para atender ao jogo de poder das corporações de vigilância. A partir das coordenadas do corpo-rede no tempo e no espaço cotidiano, observa-se uma projeção exterior do eu realizada por máquinas e algoritmos que querem nos conhecer melhor do que nós mesmos, conclui Zuboff.

A rede ubíqua de controle e vigilância tem na ação a forma de poder por excelência. Mas quem controla e decide o que fazer com dados extraídos de nossa vida? A instantaneidade espaço-tempo colabora para moldar a sociedade aos interesses das corporações e de governos [o chinês, por exemplo]. A orquestração online das experiências humanas é acompanhada de condicionamentos e controle da consciência intercalados por bônus oferecidos aos usuários para se manterem grudados e presos à *Matrix*, e a se comportarem conforme diretrizes morais e ideológicas de determinados governos.

O vício de olhar o celular mais de 100 vezes por dia é o traço da patologia a que se encontra o indivíduo jovem ou adulto. A incapacidade de se desconectar pode produzir ansiedade e isolamento espacial. A dependência psicológica das redes sociais gera uma situação de “sem saída” intolerável para alguns dos viciados. Para muitos, não haveria vida fora das redes, sobretudo indivíduos da *Geração Z* dos públicos conectados que veem autonomia na rede, quando de fato fazem parte da jogada da arquitetura digital de vigilância.

Hoje, sem dúvida, uma das formas de felicidade efêmera ou de necessidade imposta pelas condições materiais de vida capitalista é estar conectado nas redes corporativas da Internet, notadamente para a chamada *Geração Z* [os nascidos no século XXI, sobretudo], que é extremamente urbano-tecnológica e aficionada por multitarefas em redes informacionais. Cada indivíduo da *Geração Z* vive nas caixinhas virtuais que ele cria para si mesmo. A geografia da *Geração Z* em redes sociais é a da clausura virtual patológica; seja em casa ou na rua, seja no restaurante ou bar, seja na festinha ou bailezinho, estar conectado na rede é a prioridade capital. A massa de jovens isolados no deserto da servidão voluntária à realidade das redes virtuais corporativas passou a ser uma experiência diária.



A *Geração Z* e os usuários de maior idade compartilham, cada um a sua maneira, dessa dependência patológica das redes sociais. No entanto, vale lembrar que nem todos os usuários da rede estão presos à *Matrix das Big Tech*, apesar de navegar na internet. De um modo ou de outro, a cada uso do cartão de crédito, dos aplicativos nos smartphones, do uso da biometria e da compra de bens da internet das coisas, esquemas de recompensas são acionados pelas corporações. O que se mostra como autonomia do indivíduo é de fato um sintoma de ação heterônima; “está em estado falimentar a vontade de ter vontade”, assinala Shoshana Zuboff (2022, p.376).

A despossessão da experiência humana individual está a serviço de um rebanho de massas como ativo financeiro de vigilância. Qualquer acesso à informação virtual, qualquer militância política ou qualquer direito à intimidade tornou-se parte das operações da economia de vigilância. Tudo é rastreado, capturado, analisado de modo a prever comportamento e intervenção na experiência individual para atender interesses de empresas de bens de consumo e de governos.

Ao usar o *Google Map* em direção a qualquer cidade, as sugestões de restaurante e hotéis aparecem nos pop-up das telas dos celulares. A ideia é trocar sua autonomia de escolha pelas escolhas direcionadas pelos aplicativos digitais. Para que pensar, se alguém está oferecendo o melhor para você? Ao abrir mão da vontade de escolha, já somos produto da automação sugerida pelos algoritmos e o resultado da dependência dos serviços gratuitos do Google, Facebook e outros atores. Essas corporações criam ambientes digitais-virtuais projetados para a sedução do sentimento de manada como lar de todos, lembra Shoshana Zuboff (2022, p.526).

Na China, o projeto do Partido Comunista Chinês é de automação da sociedade de modo a produzir indivíduos dóceis capazes de legitimar o sistema de dominação em curso. A diferença da China para as corporações de vigilância é que o Estado é o ator que produz o espetáculo do controle sem violência aparente e da utopia da certeza na sociedade moderna chinesa. A longa ditadura favorece os excessos de controle social do Estado chinês; a população em geral está desconectada com a luta por direitos contrários à vontade do Estado, não obstante algumas resistências políticas. A utopia do bem-estar social chinês significa abrir mão da autonomia individual em favor da planificação estatal espúria e antidemocrática.

Quem quer abrir mão de toda a comodidade das redes sociais à disposição e resistir a essa dominação? Quem não está na rede não existe para a sociedade moderna tecnoinformacional. Quem quer ficar de fora da rede? Assim sendo, a manada humana segue por imitação de comportamentos sincronizados em consonância com a economia da vigilância das consciências coletivas instrumentalizadas para o bem-estar da sociedade tecnoinformacional. Nesses termos, a morte da individualidade é anunciada em favor de uma consciência coletiva planejada. Não há refúgio algum anunciado como alternativa de defesa do lar particular indevassável.



A experiência de lar particular está sendo apagada, pois não “*há nada a esconder (sic)*” conforme Shoshana Zuboff (2022, p.538).

O comportamento da manada exerce influência sobre cada indivíduo da sociedade, o que legitima um padrão socioespacial dedicado à grilagem da experiência humana e à dissolução do indivíduo. Não há lugar para defesa de privacidade, individualidade, luta de classes, militância política e democracia. Isso porque a orientação política neoliberal articula os interesses da acumulação por vigilância e de constituição de dados comportamentais funcionais à demanda de empresas de bens de consumo e serviços.

A transparência é a condição para estar na rede social. Por isso, acionar os recursos da economia de vigilância acabou se naturalizando no rebanho social. Não há, no momento, linhas de fuga para os indivíduos; a ditadura da inevitabilidade da inserção nas redes sociais domina a consciência do rebanho cujos indivíduos pensam ser livres para fazer o que querem na *Matrix*. Muitos não percebem que o que importa é o que a *Matrix* corporativa orienta você a fazer. A partir disso, mentes devotadas ao acesso irrestrito às redes sociais convergem para uma consciência controlada do rebanho social.

A sensação de liberdade e transparência na rede é a tradução da ignorância como suporte a modelagem comportamental a serviço da economia de vigilância. Não se interessar sobre os esquemas de acumulação das corporações só preenche um falso senso de liberdade individual que só pertence aos capitalistas. A própria crença no homem autônomo se torna uma quimera no monitoramento da tecnologia comportamental em curso. De fato, a ignorância colabora para a troca da liberdade individual por segurança nas redes sociais da internet. A certeza de que estar em rede é a senha para ser tudo o que quer orientar grupos sociais para os termos de controle do capitalismo de vigilância. Na rede social, a oferta de soluções rápidas para quase tudo cria a ilusão de controle do próprio cotidiano e de sua experiência de vida. Há uma “*mão invisível das redes sociais*” com a finalidade de controlar a vida humana na sociedade moderna tecnoinformacional por meio da tensão entre liberdade individual e a ignorância coletiva.

É interessante observar que as redes sociais da internet colaboram tanto para a mobilização política de protestos, como os ocorridos na *Primavera Árabe* (2010) e *Jornada de Junho* no Brasil (2013), quanto para a criação de serviços diversos, acesso à publicações acadêmicas, intercâmbio cultural, constituição de grupos de debates online e de tribos identitárias e de solidariedade, ao mesmo tempo que ocorre uma alienação por uso excessivo de estar conectado para fins de jogos e entretenimento (música e produção de vídeos), dependência patológica de influencer de caráter duvidoso e uso do tempo em fofocas, golpes cibernéticos e organizações políticas que pregam o ódio às minorias e influenciam eleições presidenciais. De fato, as redes sociais pegam carona nos conteúdos produzidos por todas essas experiências supracitadas para produzir dados a serem negociados. O policiamento desses conteúdos pode resultar em vantagem competitiva.



De acordo com Manuel Castells (2013, p. 11), a transformação material das redes técnicas de comunicação afeta as relações de poder. A fluidez das redes técnicas é uma entidade sociopolítico-normativa, já assinalava Milton Santos (2004, p.275). Para Castells, o diferencial hoje é a *autocomunicação*, que dá autonomia ao indivíduo de decidir sobre a produção de mensagem e lançá-la em redes horizontais e verticais de comunicação de massa de difícil controle por parte de governos e empresas. Mas o controle estatal e corporativo das redes sociais existe e é eficaz.

Aldous Huxley, em 1958, já alertava que por meio da tecnologia moderna “*nunca tantos foram tão manipulados por tão poucos*” (2014, p. 43). Para ele, os indivíduos na sociedade moderna acalentam “*a ilusão da individualidade, mas, na realidade, estão em grande medida desindividualizados*” (p. 44). Para se integrarem nas novas redes sociais, os indivíduos têm “*de renegar sua diversidade natural e se tornar um autômato*” (idem, p. 47).

Vida real e vida virtual são agora formas de recriação da realidade oferecida como ficção escapista na sociedade capitalista, conforme assegura Slavoj Žižek (2013, p. 173). As redes sociais sinalizam para um novo tipo de regulação social que visa à desintegração das realidades concretas em função de novos códigos de representação do indivíduo na *Matrix*, que é controle do real; é a ilusão de viver uma realidade autônoma que se encontra no convívio digital.

Em *O precariado: a nova classe perigosa*, de acordo com Guy Standing (2011), está-se diante de uma sociedade de vigilância em rede local e global. Trata-se de uma violação dos direitos civis à individualidade e de constituição de corpos dóceis, conforme defende Standing (idem, p. 241).

Guy Standing, retomando Jeremy Bentham, cita o shenzhenismo, que é um sistema de monitoramento visual por infovigilância de dados pessoais, de penalizações dos indivíduos indesejáveis e de indução de trabalhadores conformistas a pensar e comportar-se do modo como as autoridades chinesas desejam (idem, 2011, p. 237). Shenzhen é uma importante cidade chinesa onde foi implantada uma Zona Econômica Especial, em 1979. Hoje há milhões de trabalhadores observados por câmeras em circuito fechado de televisão por todo o lado, para onde quer que os trabalhadores se desloquem. Tal cenário lembra o livro de George Orwell, *1984*. Do ponto de vista geográfico, o panóptico digital tem vários centros de controle. Noções de centro e periferia desaparecem, pois todos podem controlar e vigiar a todos e acreditarem estar em liberdade e seguros, quando, de fato, não há nada disso. Eis um imperativo categórico que se apresenta: “*Poderemos suportar o fato de vivermos o escrutínio e à abertura dos nossos segredos, se, em contrapartida, recebermos as nossas próprias lanternas para podermos focar quem quer que seja*”, sinaliza Byung-Chul Han (2014, p. 69).

Além da questão do controle, as redes sociais são palco para a exposição do indivíduo, para fins de atrair a atenção desejada. Cada sujeito é o próprio objeto de publicidade. Mas há aqui um problema. Em *Sociedade*



da *transparência*, Byung-Chul Han sustenta que, na época do Facebook/TikTok/Instagram, o indivíduo se dissolve por completo no seu valor de exposição (2014, p. 22). Para ele, “o excesso de exposição faz de tudo uma mercadoria. A economia capitalista submete tudo à exposição. Só a encenação expositiva gera valor; renuncia-se a toda a peculiaridade das coisas” (idem, p. 24). Assim, tudo que não se submete à transparência é suspeito. Há mais um imperativo categórico em cena nas redes sociais: “Nunca faça nem diga o que for que o mundo inteiro não possa ver e ouvir” (idem, p. 66). Para tanto, cada indivíduo entrega-se à visibilidade e ao controle em nome da hiperconectividade e em detrimento da liberdade e intimidade. Nas redes sociais, “a vigilância não se realiza como ataque à liberdade. É antes, voluntariamente que cada um se entrega ao olhar panóptico (...) Tal é a dialética da liberdade, que se torna patente como controle” (idem, p. 73).

Há resistência de *hackers* e de outros indivíduos às formas de controle social das *Big Tech*, mas o controle individual avança lentamente. Os marcos regulatórios da privacidade de dados dos usuários ainda são modestos. Assim, as redes sociais são um sintoma de dissolução do indivíduo ao vender a ilusão do poder da individualidade. Enquanto o controle não é maior, ainda há espaço para a difusão de ideias, mobilização e afirmação de individualidades nas redes sociais.

A guerra das ideias tem se dado cada vez mais nas redes sociais e se manifesta concretamente nas ruas, no espaço urbano, onde se abre janela para a emergência de movimentos sociais, em escala geográfica diversa e simultânea (CASTELLS, 2013). Hoje, é na rede social da internet que o indivíduo “moderno”, revolucionário ou reacionário, expõe, cada vez mais, suas ideias e valores. O perigo em cena é que os debates de ideias em permanente mudança podem afastar qualquer possibilidade de consenso coletivo ou institucional. Transformar protestos difusos em um movimento social capaz de impor mudanças estruturais na sociedade brasileira é o desafio que se apresenta diante dos protestos de rua potencializados pelas redes sociais.

Apesar de tais problemas, a democracia representativa é uma das forças fundadoras de heterotopias que rompem com a ordem sociopolítica. Nela há *espaços outros* que funcionam em condições não hegemônicas, com múltiplas camadas sociais e alteridades temporais, de modo a suspender a ordem das relações de poder em que se acham designadas, conforme assegura Michel Foucault (2001, p. 1.571-1.581).

Aqui no Brasil, durante a pandemia da covid-19 e a expansão dos serviços de *delivery* dos aplicativos, tipo iFood, houve aumento de oferta de trabalho para os entregadores de mercadorias. No entanto, a radical precarização da relação de trabalho de uma classe social já explorada, pobre e sem emprego formal levou à paralisação dos entregadores de aplicativos iFood, Uber Eat, Rappi e Loggi, entre outros. O movimento, organizado via WhatsApp, sem uma liderança centralizada e com indivíduos jovens ou adultos, demonstra que a rede ao mesmo tempo que cria oportunidades de emprego pode se tornar um instrumento de exploração da força de trabalho. Ainda revela que a rede social da Internet, a despeito de sua face nefasta, possibilita



velocidade de articulação política de indivíduos em escala nacional, sobretudo nos países em que o controle estatal da Internet não é tão evidente.

Do ponto de vista geográfico, as ambições globalizantes das redes sociais unificam de forma fragmentada o universo de usuários. A geolocalização do usuário acaba por particularizar o usuário de acordo com as condições sociomateriais e culturais da localidade. Além disso, a distribuição do acesso à rede é desigual e reflete as desigualdades de renda entre as pessoas e lugares. Em locais, como as favelas da cidade do Rio de Janeiro, uma rede de informalidade de computadores, ligações clandestinas de internet, pirataria de software e roubo de eletricidade reflete o arranjo desigual das “maravilhas” da modernidade tecnoinformacional.

O súdito ideal do Google/Facebook/TikTok/Instagram/Twitter é exatamente o indivíduo que não distingue ficção e fato, e assim ele perde a intensidade com a realidade que o rodeia e a capacidade de entender que a liberdade é indissociável da luta política pela pluralidade humana. E essa luta se dá no espaço social concreto.

A suposta liberdade nas redes sociais tem no tipo *Geração Z* a possibilidade patológica de constituição de um indivíduo não apenas “inserido na rede”, mas também solitário [estar só de si mesmo]. O que é extremamente paradoxal nessa situação é o que afirmava Alvin Toffler (1972), no clássico *O Choque do Futuro*: “A solidão é agora tão difundida que se tornou paradoxalmente uma experiência compartilhada”.

Ao mesmo tempo que a rede desestabiliza sistemas tradicionais de agir político e aciona virtualmente milhares de indivíduos em defesa de direitos, a rede social da Internet traz o risco de um frágil empoderamento político do indivíduo que o desconecta com as questões nacionais a sua volta; muitos da *Geração Z* só mantêm conexões parciais com os grupos identitários escolhidos. A experiência de uma geografia da diferença social é ao mesmo tempo distópica e utópica para a *Geração Z*.

Em resumo, a *googlelização* onisciente e onipresente das redes sociais sobre a sociedade inscreve uma ameaça global de controle onipotente da informação, dos hábitos, das opiniões e do pensamento de indivíduos e grupos sociais por meio do *evangelho do Google/Facebook/TikTok*, alerta o historiador cultural Siva Vaidyanathan (2011). Junto à rede global de vigilância do Google, acoplam-se as câmeras de vigilância em ruas e locais de lazer, trabalho e de compras, as *smartTVs*, a identificação facial dos usuários da rede, a biometria dos caixas eletrônicos dos bancos, os bilhetes dos aplicativos de transporte, os cartões de crédito, os *wi-fi* gratuitos em *shopping-centers* e praças públicas etc. Está cada vez mais impossível não deixar nossa assinatura digital em qualquer parte do mundo real.

CONCLUSÕES



As redes sociais da internet instauram um tempo hegemônico sem tempos plurais histórico-culturais-ecológicos definidos e duradouros; os imperativos de fragmentação de temporalidades esvaziam a experiência humana em favor de um tempo virtual sempre veloz que tudo devora ou transforma. As redes sociais sincronizam o global e o fragmento socioespacial, assinala Milton Santos (2004, p.199). A partir das inovações nas tecnologias de informação, uma *Matrix* espaço-temporal se nos apresenta: o ciberespaço, um espaço virtual de experiências individuais profissionais, culturais, políticas e privadas na forma de fluxos de dados digitais. No ciberespaço, as topografias geolocalizadas da rede de dados comportamentais se confundem com uma *infoesfera* e *psicosfera* de controle social, dissolução de distâncias geográficas e de uma relação com o tempo sob o signo da instantaneidade, assinala Pascal Dibie (2009, p.254). A instantaneidade espaço-tempo é o instrumento de eficácia política de captura de diversas temporalidades de grupos sociais e do próprio corpo-rede e de desterritorialização do corpo do usuário a serviço das corporações *Big Tech*, governos autoritários, empresas de plano de saúde, instituições bancárias etc.

Na Geografia, o ciberespaço se tornou mais uma categoria de análise crítica do espaço geográfico sob a égide do neoliberalismo tecnoinformacional. Na geografia política de vigilância das *Big Tech*, os recortes analíticos propostos neste estudo sinalizam para as redes rizomáticas das relações sociais, topopolítica, morfopolítica, economopolítica, cronopolítica, arcopolítica e psicopolítica cultural.

Mas se pensarmos em termos gerais, as Geografia Física e Humana não prescindem das redes sociais da internet e dos recursos computacionais para fins de análise espacial e de geoprocessamento de dados. As aulas de geografia são transformadas por meio da parafernália de tecnologias no apoio pedagógico ao ensino do conteúdo programático. A pandemia de covid-19 reforçou o uso do Google para as aulas remotas. O profissional de Geografia é outro usuário da rede social, e é através dela que uma militância reacionária ou revolucionária se manifesta e afirma olhares diversos acerca do mundo em que vivemos.

As redes globais de pesquisadores de um determinado problema são bons indicadores das novas formas de produção do conhecimento por meio da revolução tecnoinformacional. Por seu turno, a geografia política dos Estados, corporações e movimentos sociais requer a constituição de redes políticas instrumentalizadas pelo ciberespaço a fim de articular diversos atores e lugares em torno de interesses e estratégias consensuais. Enfim, a articulação entre as redes sociais e as redes de computadores potencializam a análise geográfica nas suas diversas abordagens e interesses político-ideológicos. Nesse sentido, dados, experiências sociais, militância política e registros de pesquisas se tornam assinaturas digitais disponíveis nas redes sociais.

De fato, as redes sociais da internet tornaram-se as lentes com as quais vemos parte do mundo [e parte do mundo nos vê] e nos inserimos nela sob as regras das corporações e dos Estados. Nesse processo, tornamo-



nos todos algoritmos mercantilizáveis da *Matrix* instituída. Sair dela ou se inserir cada vez mais nela tornou-se um imenso problema: apostasia ou devoção ao repertório iluminista, religioso, niilista, intimidador e desafiador do pacote da globalização das empresas de informação virtual.

O que parece vitorioso é o instinto de não liberdade organicamente consciente da sociedade em redes sociais, que, contraditoriamente, ainda quer defender algum nível de liberdade. De acordo com o clássico da distopia moderna do escritor russo Evgueny Zamiatin (2004), *Nós*, publicado em 1921, podemos parafrasear e afirmar que, na *Matrix* Google/Facebook, “vivemos sempre à vista de todos. Difícil esconder algo de alguém. [...] entre a escolha da felicidade sem liberdade e da liberdade sem felicidade, todos escolheram a liberdade e depois suspiraram pelas algemas” (2004, p. 24 e 70).

A servidão [privação da liberdade] voluntária, nos termos de Étienne de La Boétie (2009 [1576]), é o que impressiona quando se pensa no fascínio das redes sociais. A suposta luta por liberdade individual e de grupos sociais, que se verifica em diversas partes do mundo, parece perder o sentido se a sociedade prefere estar sob a servidão e controle das *Big Tech* que recusam maior regulação estatal de suas práticas de extração de dados. A concessão de dados pessoais em troca da navegabilidade na rede corporativa é um tipo de servidão autoimposta.

O papel das redes sociais é modificar/influenciar o que você faz, o que você é e como você pensa por meio do controle e rastreamento do uso da internet, notadamente via *smartphone* e notebook. Manipular é a palavra-chave das *Big Tech*. Para tanto, é preciso persuasão para modificar determinado comportamento para um tipo de hábito inconsciente de uso da rede¹. Em consequência, instala-se um vício customizado em redes sociais, conforme desejos de cada indivíduo (usuário) que passa a existir para a sociedade se estiver nas redes. Assim, inscreve-se cada indivíduo numa *Matrix* própria na qual a interação social é feita entre os iguais.

A invisibilidade do poder corporativo repousa no fascínio das massas e dos indivíduos pelas redes sociais. Hoje em dia, como seria possível evitar a extração de dados de nossa experiência de vida como matéria-prima para as corporações? A sociedade tecnocientífica quer abrir mão da servidão voluntária ao Google, Facebook e TikTok? A doença dessa unanimidade se instituiu na sociedade neoliberal. Eis um sintoma do niilismo observado por Friedrich Nietzsche: a crença alienada no progresso tecnoinformacional como panaceia religiosa para a evolução libertária da humanidade!

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

¹ Ver documentário da Netflix intitulado *O dilema das redes*, 2020.



- BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007a.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007b
- BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo, Cultrix, 1977.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DIBIE, Pascal. Ondulações paranoides de uma época. In: NOVAES, Adauto (org.) **A condição humana: as aventuras do homem em tempos de mutações**. São Paulo, Edições SESC, p.241-262, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. Des espaces autres. In: **Dits e Écrits**, Tome 2: 1976-1988. Paris: Galimard, p. 1.571-1.581, 2001.
- GALBRAITH, John Kenneth. **A era da incerteza**. São Paulo, Pioneira, 1982
- HAN, Byung-Chul. **A sociedade da transparência**. Lisboa, Relógio d'água Editores, 2014.
- HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século XXI**. São Paulo, Cia das Letras, 2018.
- HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo, Loyola, 2004.
- HUXLEY, Aldous. **Retorno ao admirável mundo novo**. Lisboa, Antígona, 2014.
- LA BOÉTIE, Étienne. **Discurso sobre a servidão voluntária**. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2009.
- LÉVY, Pierre. **O Que é Virtual?** Rio de Janeiro, Editora 34, 1996.
- MCLUHAN, H. Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo, Cultrix, 1964.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2004.
- SILVA, Guilherme Carvalho da. **O ciberespaço como categoria geográfica**. Dissertação de Mestrado. Brasília, GEA/IH/UnB, 2013.
- STANDING, Guy. **O precarizado: a nova classe perigosa**. Lisboa, Editorial Presença, 2011.
- TOFFLER, Alvin. **Choque do futuro**. Rio de Janeiro, Artenova, 1972.
- TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. Rio de Janeiro, Record, 1980.
- VAIDHYANATHAN, Siva. **A googlização de tudo**. São Paulo, Cultrix, 2011.
- ZAMIATIN, Evgueny. **Nós**. São Paulo, Alfa-Omega, 2004.
- ZIZEK, Slavoj. **Totalitarismo? Cinco intervenções no (mal) uso de uma noção**. São Paulo, Boitempo, 2013.
- ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2022.